

# POLÍTICA DE GESTÃO URBANA E MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA

## A migração como estratégia de inserção no mercado habitacional na região do Distrito Federal e entorno

*Maria Célia Silva Caiado \**

Entre as grandes cidades e metrópoles nacionais, Brasília destaca-se não tanto pelas especificidades relacionadas ao seu processo de criação e construção, mas principalmente pelas possibilidades de gestão urbana geradas pela quase inexistência de antecedentes relacionados à ocupação territorial urbana e pela propriedade pública de grande parte da terra destinada à nova capital.

Brasília, no decorrer do seu processo de construção e consolidação enquanto cidade, tornou visíveis as contradições inerentes à organização social brasileira, passando de cidade que pretendia ser socializante na distribuição de pessoas e atividades para uma estrutura intra-urbana fortemente marcada pelo processo de segregação socioespacial da população. A propriedade pública da terra urbana, ao invés de constituir um instrumento distributivo, passa a funcionar como instrumento de

ocupação seletiva, instituindo a “segregação planejada” e transformando Brasília na “capital do controle e da segregação social”<sup>1</sup>.

No âmbito de um projeto de desenvolvimento nacional que visava a integração do território nacional, com a redução das desigualdades regionais, Brasília foi idealizada como pólo de desenvolvimento regional e sede de decisão política nacional. Sua construção, tendo como ponto de partida um projeto arquitetônico e paisagístico representativo do urbanismo modernista, estava inserida no contexto de um projeto desenvolvimentista, que buscava na modernidade a superação do atraso no desenvolvimento econômico.

Antes mesmo da inauguração da cidade, o processo de ocupação territorial de Brasília já apresentava os primeiros sinais das contradições que passariam a definir as direções do crescimento urbano. O projeto do Plano Piloto previa que a ocupação inicial dar-se-ia apenas através da

transferência do funcionalismo público, ignorando a possibilidade de fixação do contingente de trabalhadores migrantes, recrutados segundo um discurso enobecedor que os identificava como “os novos bandeirantes” e que viam na nova cidade possibilidades de melhores condições de vida.

Apesar das especificidades, o processo de estruturação urbana e distribuição populacional do Distrito Federal e Entorno não pode ser dissociado dos processos de urbanização e desenvolvimento nacional. A configuração socioespacial resultante do processo de urbanização não poderia ser muito diferente daquelas encontradas nas demais metrópoles nacionais, uma vez que está submetida ao mesmo processo econômico (regime de acumulação) e à mesma formação social.

No entanto, diferente de algumas das principais metrópoles nacionais, no DF, a formação da periferia não está associada à abertura de áreas industriais, igualando-se àquelas, entretanto, no que se refere à oferta de moradias para a população de baixa renda não desejada no interior das áreas centrais, ainda que a lógica que permeia o processo de urbanização da região seja baseada no modelo de desenvolvimento e no processo de urbanização característicos do período de auge da industrialização nacional.

Além das especificidades relacionadas à estrutura intra-urbana da região, o processo de ocupação territorial do DF diverge daquele das demais cidades, aglomerações urbanas e regiões metropolitanas pela atuação diferenciada do Estado no controle desta ocupação, em função da propriedade pública de grande parte das terras urbanas. A propriedade pública da terra urbana, que poderia ter se constituído em instrumento

distributivo, na verdade tornou-se o principal instrumento de ocupação seletiva, principalmente no processo inicial de ocupação no DF, propiciando a institucionalização da segregação socioespacial da população e a migração em direção aos municípios goianos limítrofes.

## **A Política de Gestão urbana e a Periferização na Região**

O processo de periferização que ocorre na região abrange, além do conjunto de cidades-satélites distantes física e socialmente do Plano Piloto, os municípios goianos que têm assumido como principal função na estruturação metropolitana a absorção de população de baixa renda que não consegue morar nas valorizadas e protegidas terras do DF. A localização geográfica desses municípios (situados na direção dos principais eixos de expansão periférica do DF), associada à política de oferta de lotes urbanos acessíveis à população não atendida pela política habitacional e pelo mercado imobiliário do DF (em função não tanto do preço mais baixo, mas principalmente das possibilidades de pagamento ao longo prazo), possibilitou a formação da periferia metropolitana, reforçando os principais eixos de expansão da mancha urbana, reproduzindo assim a configuração existente no núcleo regional e estabelecendo o processo inicial de conurbação da mancha urbana na metrópole.

Na verdade essa expansão periférica para os municípios do entorno foi possibilitada pelo processo especulativo que se estabeleceu a partir da implantação de Brasília. Com a

valorização das terras adjacentes ao quadrilátero, terras rurais foram parceladas para serem vendidas ou estocadas. Segundo estudos realizados pela Codeplan (1985), o volume de lotes ofertados pelo mercado antes de 1960 evidencia que os investimentos não estavam sendo pautados pelo atendimento à demanda populacional, mas pela lógica especulativa, que gera a oferta de espaços como forma de induzir a ocupação urbana. A frágil base econômica dos municípios, resultado do processo de desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, contribuiu para que alguns deles, na ausência de atividades produtivas que pudessem alavancar a economia municipal, passassem a exercer papel de cidades-dormitório no contexto regional.

Durante o processo de criação, construção e consolidação do DF, a preservação do Plano Piloto, como modelo de ocupação urbana ideal, pautou os projetos, planos e ações públicas, com impactos na ocupação urbana. A preocupação com a manutenção da qualidade de vida gerou intensa produção de planos e projetos, nos quais a preocupação com o meio ambiente coibiu a ocupação de áreas adjacentes ao Plano Piloto, o que, segundo as elites locais e com o poder público trabalhando ao seu favor, descaracterizaria o projeto inicial.

As áreas de preservação ambiental ocupam cerca de 50% do território do DF e, apesar de sua extrema importância na manutenção da qualidade de vida, e de possibilitarem a ocupação sustentável da área urbana central, constituíram um importante instrumento de regulação e organização da ocupação do território, além de restringir as áreas disponíveis à ocupação, o que certamente contribuiu para a valorização das áreas centrais e a formação da periferia



regional.

Durante o processo de implantação e consolidação da capital, a demanda por habitações pressionou o governo federal e diversos programas foram implantados com o objetivo de assentar no espaço urbano fora do centro principal (Plano Piloto e adjacências) a população que recorrentemente invade terras mais centrais, como forma de atender à necessidade de moradia.

A partir da década de 90 o fenômeno da ilegalidade assumiu nova forma decorrente da atuação da iniciativa privada no parcelamento da terra urbana no DF, até então exclusividade do poder público, o que certamente alterou a dinâmica urbana da capital. Os loteamentos ilegais implantados a partir de então assumiram grandes proporções e passaram a definir um novo vetor de expansão na direção nordeste do quadrilátero. Destinam-se à população de classe média e ocuparam áreas de preservação ambiental, próximas ao lago Paranoá, na direção oposta ao Plano Piloto.

Os vetores de expansão mais antigos, ao longo dos principais eixos viários na direção sudoeste, deram origem às cidades satélites mais recentes e mais periféricas, que abrigam a população de baixa renda (Recanto das Emas, Santa Maria, Riacho Fundo e São Sebastião), transbordando para os municípios contíguos (Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás) e estabelecendo a conurbação da mancha urbana nesta direção, que se estende, ainda que de forma mais dispersa, até a sede do município de Luziânia. Outro vetor também se configura em direção a Sobradinho e Planaltina, estendendo-se até Planaltina de Goiás, localizada a nordeste do DF.

Em contraposição ao

polinucleamento característico da ocupação inicial do DF, formado pelas cidades satélites localizadas distante do Plano Piloto, surgiu, a partir da implantação do metrô (acompanhando o seu traçado), um processo de conurbação da mancha urbana na direção do Plano Piloto, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, próximas à divisa com o município de Águas Lindas de Goiás. Este apresenta acelerado processo de crescimento populacional, com altas densidades e está em área de grandes mananciais hídricos, o que agrava a sua condição de localização periférica.

A ocupação urbana na RIDE<sup>2</sup> se constitui no mais evidente processo de diferenciação na distribuição espacial da população, entre as principais metrópoles nacionais. A atuação do Estado, desde o processo inicial de constituição do DF – seja mediante a regulação da oferta de terras urbanas, seja através da política habitacional, baseada na remoção de população que ocupa áreas invadidas, ou através da oferta de moradia para a população de baixa renda, sempre em áreas distantes do Plano Piloto – reforçou o processo de segregação espacial da população.

A ocupação residencial no Plano Piloto, apesar de o projeto inicial ser socializante e prever a instalação de famílias de funcionários públicos de diferentes níveis hierárquicos funcionais e salariais, foi ocupada praticamente só pelos mais altos escalões do governo federal. Assim, a proposta de ocupação socializante transformou-se em ocupação hierarquizante. A construção de cidades satélites se deu pela necessidade de abrigar os trabalhadores na construção de Brasília (candangos) que não retornaram aos estados de origem após a inauguração da cidade, e os funcionários públicos de inserção subalterna. Nesse sentido, a lógica de localização espacial da

população repetiu a configuração espacial das demais metrópoles nacionais, ainda que desta vez de forma institucionalizada pela ação estatal.<sup>3</sup>

Como a ocupação periférica não foi acompanhada pela oferta de infraestrutura e de serviços e equipamentos sociais, houve, em contrapartida, maior pressão da população moradora na região sobre esses serviços disponíveis na sede regional. No entanto, destaca-se que a periferia regional não foi vista como problema para a população do DF, uma vez que a ocupação periférica possibilitou o atendimento da demanda por moradia da população de baixa renda, necessária à funcionalidade das atividades econômicas do DF, além de ter possibilitado a manutenção da configuração espacial do núcleo principal.

É importante destacar que, atualmente, é cada vez mais frequente a procura por terrenos no entorno, tanto para lazer e negócios, sítios e chácaras de final de semana, quanto para especulação, pela expectativa de valorização futura. Esse tipo de ocupação gera a subutilização e mesmo o abandono de áreas até então dedicadas à agropecuária, desocupando população e gerando empobrecimento das economias municipais.<sup>4</sup>

A análise da ocupação territorial e da consolidação da região de Brasília e entorno suscita indagações sobre a estruturação do espaço urbano regional e suas especificidades e semelhanças com as principais metrópoles nacionais, no que diz respeito à produção do espaço urbano.

A criação de Brasília como sede nacional se deu no contexto de projeto econômico e político de integração nacional, denominado nacional-desenvolvimentista, sendo que a industrialização do país era vista como a grande alternativa para a superação

## Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno Estruturação Urbana



Esturuta urbana na RIDE

Entorno Distante

Entorno Imediato

Periferia Interna ao DF

Sub Centros

Localidades Habitadas pela população de alta e média renda

RA de Brasília (que abriga o Plano Piloto)



do atraso nacional. Localizada estrategicamente no centro geográfico do país, a construção da nova capital representava a modernidade que revigoraria o atraso até então experimentado e promoveria a integração nacional e a efetiva ocupação do interior do país. Sobre o segundo aspecto Brasília atingiu os objetivos.

A modernização necessária para o sucesso do empreendimento, segundo a ideologia da época, coincidia inteiramente com os princípios do urbanismo modernista, baseados na organização espacial e distribuição setorializada de população e das atividades econômicas, segundo princípios funcionalistas.

Na sua função de regulador da oferta de lotes e moradias urbanas, o Estado agiu baseado nas premissas de preservação do Plano Piloto, enquanto área de concentração das atividades relacionadas à função administrativa, com baixa densidade populacional e ocupação seletiva, privilegiando assim os segmentos superiores da estrutura social. Agindo na regulação da disponibilidade de terras, essa atuação gera excessiva valorização das terras do quadrilátero, em função de uma falsa escassez. Como forma de atenuar as pressões por moradia do expressivo contingente populacional de baixa renda atraído para a capital e para atenuar também as pressões do mercado imobiliário, o Estado permite o parcelamento de grandes glebas de uso rural nos municípios goianos localizados nos limites do quadrilátero, distante das sedes originárias de suas ocupações urbanas.

Estas duas formas de atuação estatal (urbanização de novas áreas ou construção de moradias), em diversas esferas de atuação (municipal e federal) e diferentes graus de envolvimento (direta ou indiretamente), alimentam o processo

especulativo.

Quando esse controle é ineficiente não se consegue impedir a ocupação ilegal (principalmente as ocupações localizadas em áreas mais nobres), o poder público age via programas de regularização urbanística, deslocando a população invasora e criando novos núcleos isolados e distantes da mancha urbana, o que propicia a formação de periferias cada vez mais distante física e socialmente do núcleo central. Para este objetivo, utiliza-se da prerrogativa da preservação ambiental e do planejamento urbano, via instrumentos normativos de uso e ocupação do solo urbano e de instrumentos relativos à política habitacional.

Outra especificidade da configuração socioespacial da região é que o núcleo central, formado pelo Plano Piloto e adjacências, concentra, além da renda, poder político em função da localização dos mais altos escalões do poder público federal, o que agrava ainda mais o processo de exclusão social.

A despeito dessa configuração fortemente articulada econômica, política e ideologicamente, em alguns momentos, diante do poder de organização da população invasora e da força dos movimentos sociais por permanência no local, o poder estatal se vê obrigado a agir regularizando ocupações em áreas não desejadas segundo a lógica segregacionista, admitindo assim a existência de conflitos pela posse da terra urbana. O Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, permaneceu no local ainda nos primórdios do processo de ocupação.

A partir de meados da década de 80, em função do processo de democratização nacional e, mais especificamente, após a Constituição de 1988 – que estabeleceu novas formas de atuação do Poder Legislativo através da atuação Câmara Legislativa do DF e das novas forças

políticas que emergem no cenário político –, surgem novas formas de atuação estatal. No que se refere à política habitacional, por meio da Sociedade de Habitações de Interesse Social<sup>5</sup>, foi criado um programa de assentamento da população de baixa renda, tendo como discurso principal a permanência da população invasora no próprio local, ou em áreas próximas quando a permanência não fosse possível em função da inviabilidade técnica. Este programa inaugurou nova forma de atuação pública no que se refere à fixação da população invasora, ainda que o equilíbrio entre oferta e demanda não tenha sido atingido e a problemática das ocupações persista até os dias atuais.

Além de promover novas formas de localização habitacional, o Estado passou a investir em áreas socialmente menos favorecidas e, apesar de não redistribuir renda, o que seria desejável, age compensatoriamente na implantação de infra-estrutura básica nas áreas periféricas. Este processo gera valorização das áreas e muitas vezes alimenta o processo de transferência e expulsão de população em direção a novas periferias, ainda que desta vez de forma espontânea, com apropriação de renda urbana para os proprietários envolvidos. Estas transferências se dão principalmente em função da atuação do mercado imobiliário, que passa a oferecer moradias através da construção de conjuntos habitacionais localizados nos municípios goianos limítrofes, em substituição à oferta anterior de lotes praticamente sem nenhuma infra-estrutura.

Mais recentemente o mercado passou a atuar constituindo uma nova forma de ilegalidade, beneficiando-se da omissão estatal para atendimento da demanda da classe média por moradia a preços considerados justos, proliferando-se assim o fenômeno dos



loteamentos clandestinos (portanto, ilegais), na maioria das vezes ocupando áreas de preservação ambiental, com paisagem bastante aprazível, muitas localizadas em áreas nobres, próximas ao Lago Paranoá.

A grilagem de terras tem sido freqüente na ocupação do DF desde o seu início. Beneficiando-se do caráter difuso do regime de propriedade da terra, em que coexistem diversas formas de propriedade, os grileiros agem livremente e, beneficiando-se da prerrogativa da dúvida, questionam a propriedade pública do solo, parcelando e vendendo lotes, atendendo assim à demanda da classe média alta não disposta a pagar pelos altos preços das terras disponíveis, gerados pelos processos especulativos descritos anteriormente.

Inúmeros programas de regularização são estabelecidos, mas o fenômeno não é coibido e a regularização dificilmente se realiza, o que demonstra o poder do mercado imobiliário e deste segmento populacional, na estruturação espacial da região. Estes loteamentos, apesar de ocuparem áreas não estabelecidas nos inúmeros planos de ordenação territorial, acabaram por instituir um novo vetor de expansão da mancha urbana.

Na década de 90, surgiu a iniciativa de reversão do padrão de ocupação polinucleado, possibilitado pela associação da ação estatal com o mercado imobiliário<sup>6</sup>, através da implementação do Projeto Águas Claras, onde em uma grande gleba de terra localizada entre Taguatinga e o Plano Piloto foi liberado o parcelamento pela iniciativa privada, com vistas ao atendimento da demanda habitacional para a classe média e da demanda por áreas para destinação comercial, gerando conurbação entre os dois núcleos. Apesar dessa iniciativa, a polinucleação

predominante na configuração do DF e entorno agrava o processo de exclusão e segregação socioespacial, devido à existência de grandes glebas sem ocupação, entre os núcleos periféricos (função habitacional) e o central (gerador de empregos, serviços e atividades de lazer), dificultando a circulação urbana em função da debilidade do sistema de transportes e dos altos preços da passagem, aumentando assim a distância social entre eles.

A ocupação do Distrito Federal e entorno foi fortemente condicionada pela afluência de grandes fluxos migratórios atraídos no início do processo pelas oportunidades de emprego geradas pela construção da capital federal. A falta de opção de acesso aos empregos e à renda em suas áreas de origem, somadas à geração de fortes expectativas de novas oportunidades em função da magnitude do projeto nacional de desenvolvimento, representada pela construção de uma cidade a partir de um território desocupado, foram responsáveis pela constante chegada de pessoas à região, processo que se mantém até os dias atuais.

Apesar de ser um fenômeno característico do processo de urbanização brasileiro, no caso do DF se diferencia pela magnitude e por sua manutenção, apesar do arrefecimento no anos 80 e da estabilização no período mais recente (década de 90). A oferta de terra urbana para moradia, representada pela ausência de ocupação anterior, deve ter contribuído para a expectativa de melhoria na qualidade de vida da população migrante.

O contingente migratório, com intensidade não prevista no projeto inicial de ocupação do território, alterou completamente o ritmo esperado de ocupação. A capacidade de resistir aos constantes processos de

expulsão demonstrada por aquele contingente, seja o arbitrário, através da política de remoção, seja o espontâneo, por meio da valorização imobiliária, constitui fator decisivo para o processo de expansão da ocupação urbana e para a intensificação da migração intrametropolitana e para a conformação da periferia regional.

## **Quantos migram internamente na região?**

Como resultado da política de gestão urbana, notadamente da política habitacional e do seu impacto no processo de ocupação apresentado anteriormente, a mobilidade intrametropolitana tem como principal elemento definidor da intensidade e direção dos fluxos a busca por moradias dos segmentos populacionais que ocupam posições menos privilegiadas na estrutura social, em áreas onde existe menor pressão para ocupação por parte dos segmentos de rendas mais elevadas.

Os instrumentos utilizados para viabilizar a apropriação diferenciada das acessibilidades são fruto principalmente da atuação do Estado. Este utiliza tanto os mecanismos de controle do uso e ocupação do solo, sobre a prerrogativa da preservação do meio-ambiente, quanto, no caso do DF, a preservação do Projeto arquitetônico e paisagístico do Plano Piloto, ambos associados à política habitacional que conduz à ocupação periférica.

Como forma de sintetizar e espacializar as informações sobre a região, serão utilizados diferentes recortes espaciais, abrangendo os municípios que compõem a RIDE. Será denominado "Entorno imediato"<sup>7</sup> o conjunto de municípios goianos vizinhos ao DF e que tiveram seus



processos de ocupação e crescimento demográfico diretamente relacionados à expansão urbana do DF. Além do DF, foi definido um outro recorte composto pelos demais municípios que compõem a RIDE e que não sofreram impacto direto do processo de expansão urbana periférica do DF, denominados "Entorno distante".

Segundo o censo demográfico IBGE/2000, os principais movimentos migratórios com destino à região podem ser resumidos, segundo o local de origem, em dois fluxos principais: os migrantes que realizam movimentos de longa distância em direção ao DF e os migrantes internos que fazem movimentos de curta distância, num processo de redistribuição da população que chega à região, em direção aos municípios goianos que integram a periferia regional.

Entre os migrantes interestaduais, o fluxo predominante é o de nordestinos, inicialmente em direção ao DF, intensificando-se em direção aos municípios periféricos ao longo do período estudado.

A formação da periferia regional consolida-se à medida que se intensifica a migração intrametropolitana, tendo como principal fluxo os movimentos com origem no DF e destino nos municípios goianos localizados nos limites do DF, principalmente na direção sudoeste.

Os dados sobre a naturalidade das pessoas que realizaram este movimento, nas duas últimas décadas, indicam que esse fluxo é uma nova etapa migratória da população de imigrantes em direção ao DF, expulsos principalmente pela oferta restrita de moradias acessíveis, em função da excessiva valorização das terras urbanas no local de origem. No período 1986-1991, das pessoas que chegavam à periferia, vindas do DF, cerca de 51,8% eram naturais dos Estados do

Nordeste, aumentando este percentual, no período 1995-2000, para 63,3% do total.

No início do processo de ocupação do DF, a migração vinda de outras Unidades da Federação foi o grande motor do crescimento populacional, e apesar do arrefecimento na década de 80 e da estabilização nos anos 90, continua a impactar o crescimento demográfico regional. A não absorção de grande parte desse contingente faz com que a migração intrametropolitana originada no DF ganhe importância relativa no total dos migrantes que chegam à região, com expansão da periferia regional. A participação dos migrantes internos à região ampliou-se, passando de 15,7% para 28,0% do total, ao longo do período 1975-2000.

Essa elevação ocorre não só pelo aumento de volume de migrantes intrametropolitanos – que passaram de 66.584 para 119.769, no período 1975-2000 –, mas também pela redução da chegada de migrante vindos dos demais municípios de Goiás e MG. O aumento da participação da emigração do DF em direção aos municípios da região, inclusive os que não integram o entorno imediato, reduziu a participação das migrações entre municípios vizinhos que até então predominava naqueles não diretamente envolvidos no processo de expansão urbana, indicando a intensificação das relações entre o DF e o entorno distante.

A participação das migrações segundo os locais de origem e destino dos migrantes se alteram ao longo do período 1975-2000. Os dados desagregados demonstram que o aumento da participação da migração intra-regional pode ser atribuído à sua elevação para os municípios do entorno que não integram o entorno imediato.

No caso do entorno imediato, a

migração interestadual ganha maiores proporções em função da migração direta de nordestinos, enquanto a participação da migração vinda da região arrefece um pouco, embora os volumes de emigrantes provenientes do DF continuem aumentando.

O fluxo de migração intra-regional mais significativo se dá pelos que deixam o DF em direção ao entorno imediato. No período 1975-1980, 33.866 pessoas saíram do DF para municípios que integram este recorte, principalmente para os localizados no sudoeste da RIDE (Sto Antônio do Descoberto, Luziânia e seus desmembramentos: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás). Nos períodos seguintes, os volumes desse fluxo se elevaram para 46.162 (1986-1991) e 80.942 (1995-2000).

Apesar da participação da migração vinda do DF para os municípios do entorno imediato ter apresentado ligeira queda na emigração intrametropolitana, isto não significa redução, mas sim ampliação das trocas entre municípios desse recorte espacial. Tanto a participação quanto o número de pessoas que deixam o DF em direção à periferia continuam aumentando no período mais recente. Dos emigrantes intrametropolitanos que deixaram o DF no período 1995-2000, 90,6% se dirigiram para aqueles municípios.

## Considerações Finais

A intensidade e a direção da migração intra-regional na RIDE estão intimamente relacionadas ao processo de expansão da mancha urbana do Distrito Federal, em continuidade à expansão com as mesmas características no interior do



quadrilátero. A oferta de moradias ao longo dos eixos de crescimento periférico, principalmente na direção sudoeste, foi sem dúvida o principal condicionante à formação da periferia regional, que surge como forma de atenuar as pressões por moradia dos segmentos menos favorecidos, política e economicamente, contribuindo assim para a manutenção da ocupação seletiva das áreas mais centrais.

A ocupação desta periferia, constituída a partir da ocupação das porções do território de antigos municípios goianos, contíguas ao território do DF, resulta de dois processos diferenciados, mas que na verdade agem de maneira articulada, sempre com o objetivo da manutenção da ocupação seletiva nas áreas mais centrais de Brasília.

O mercado imobiliário atua especulativamente, através da oferta de parcelamentos nos municípios goianos limítrofes, antes mesmo da inauguração da nova capital, com a conviência do poder público (do DF e dos municípios goianos em questão, que, na ausência de dinamismo econômico que pudesse lhes assegurar crescimento, acreditavam ser esta uma forma de aumentar a arrecadação municipal), principalmente no município de Luziânia, constituindo o principal eixo de crescimento periférico, ao longo da BR 040 em direção aos Estados do Sudeste.

O Estado, por sua vez, diante dos conflitos pela posse da terra urbana, gerados principalmente pela pouca oferta de moradia que atendessem à população de baixa renda, age reassentando a população das ocupações ilegais de baixa renda em regiões cada vez mais distantes das áreas centrais, prioritariamente na direção predominante do crescimento periférico (Eixo Sudoeste).

Em função deste processo de

ocupação, a migração intra-regional ganha força, assumindo maior intensidade a partir da década de 80, tendo como fluxos predominantes aqueles originados no DF em direção ao município goiano de Luziânia, que, em função do rápido crescimento populacional, dividiu-se, dando origem aos demais municípios que integram o entorno imediato.

Além de alimentar o processo de segregação socioespacial da população, a intensificação do fenômeno da migração intra-regional como resposta ao processo de gestão e estruturação intra-urbana, condicionada principalmente pela oferta de moradias sem o desenvolvimento paralelo de atividades geradoras de emprego e renda nos municípios de destino, gera a intensificação de outra forma de movimentação populacional no interior da região: a mobilidade pendular.

\* *Maria Célia Silva Caiado é Arquiteta e Doutora em Demografia pelo IFCH da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e pesquisadora colaboradora do NEPO-UNICAMP.*

## NOTAS

1 - Termos utilizados como títulos de textos escritos por Campos.(1991) e (1996).

2 - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, institucionalizada através do Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, com objetivo de promover o desenvolvimento e a gestão administrativa integrada, envolvendo o Distrito Federal e 21 municípios pertencentes aos Estados de Goiás (19) e Minas Gerais (2).

3 - Sobre a proposta inicial de localização dos moradores no Plano Piloto (projeto socializante) e o que realmente ocorreu (ocupação de forma hierárquica), ver Paviani (1989 e 1991); Holston (1993); entre outros.

4 - Sobre o processo atual de expansão

periférica, ver Ipea, 1997.

5 - Órgão do Departamento de Urbanismo do GDF, criado em 1962.

6 - Após 1992 foi permitido o parcelamento para proprietários particulares, acabando assim com o monopólio estatal no acesso à terra no quadrilátero.

7 - Compõem o Entorno Imediato o município de Luziânia e seus desmembramentos ocorridos – Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás (desmembrado de Santo Antônio do Descoberto em 1997) -, todos a sudoeste do DF, e o município de Planaltina de Goiás localizado na direção nordeste. Esses municípios, além do DF, apresentam as maiores participações no total da população regional e também as mais elevadas densidades demográficas, sendo o mais denso deles Valparaíso de Goiás, com 1.555,63 habitantes por km<sup>2</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, N.  
(1991) "Brasília – A segregação Planejada". In: Paviani, A. (Org.) *A conquista da Cidade*. Brasília: Editora UNB.
- CAMPOS, N.  
(1996) "Brasília - A Capital do Capital Incorporador". In: QUEIROZ, L. C. R. e AZEVEDO, S. (Org.) *A Crise da Moradia nas Grandes Cidades*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- IPEA  
(1997) *Gestão do Uso do Solo e disfunções do crescimento Urbano*. Relatório de pesquisa nº 2, Brasília.
- HOLSTON, J.  
(1993) *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. SP: Companhia das Letras.
- PAVIANI, A. (org.)  
(1989) *A Metrópole em Crise: ensaios sobre a urbanização*. Brasília, Ed. UNB.
- PAVIANI, A.; CAMPOS, N.; FARRET, R.  
(1990) *Mobilidade Residencial em Cidade Planejada: Brasília - Distrito Federal*. Revista Brasileira de Geografia, V 52,(2), Abril/ Junho, R.J.
- PAVIANI, A. (org.)  
(1991) *A Conquista da Cidade*. Brasília, Ed. UNB.